

O neoliberalismo na perspectiva marxista

ANDRÉIA GALVÃO¹

Desde os anos 1980, o termo neoliberalismo vem sendo utilizado para se referir a um novo tipo de ação estatal, a uma nova configuração da economia, a um novo tipo de pensamento político e econômico, que guarda algumas relações com o liberalismo clássico, ao mesmo tempo em que apresenta um certo número de inovações. Suas principais características são bem conhecidas. Dentre elas, destacam-se a privatização de empresas estatais, a desregulamentação dos mercados (de trabalho e financeiro), e a transferência de parcelas crescentes da prestação de serviços sociais – tais como saúde, educação e previdência social – para o setor privado. Essas medidas concretas contribuíram para difundir a tese do Estado mínimo e “enxuto”, que teria entre suas metas uma política de “austeridade fiscal”.

A despeito de ser uma expressão largamente utilizada desde então, a bibliografia que trata desse assunto nem sempre é rigorosa na proposição de um conceito de neoliberalismo. Este é geralmente utilizado de modo descritivo, sem que os autores procurem compreender sua origem e seu papel, o que acaba por esvaziar o potencial explicativo do conceito. Outra limitação reside no fato de que parte da bibliografia não atenta para as contradições entre a teoria e a prática neoliberal, e tende a desconsiderar as diferentes formas que o neoliberalismo assume em países centrais e periféricos.

1 Professora de Sociologia da Unifesp. Este comentário, que teve uma primeira versão apresentada como comunicação no 5º Colóquio Marx e Engels (IFCH/Unicamp, 2007), foi elaborado a partir das atividades do grupo de pesquisa vinculado ao Cemarx/Unicamp, “Neoliberalismo e relações de classe”, ao qual manifesto meu reconhecimento. No primeiro semestre de 2007, o referido grupo se dedicou à discussão de uma parcela da bibliografia citada no texto. No entanto, o conteúdo aqui apresentado é de minha inteira responsabilidade.

Este comentário se propõe a discutir o conceito de neoliberalismo entre autores vinculados ao marxismo, ou que utilizam categorias marxistas em sua análise, a fim de sistematizar seus principais elementos e de indicar algumas referências que possam auxiliar os que trabalham com o tema. Para isso, parte das seguintes questões: em que aspectos o marxismo auxilia a análise do neoliberalismo? Quais são as especificidades da definição marxista?

Para responder a essas questões, partimos da tese de Duménil & Lévy², para quem, a despeito das diferenças entre as abordagens marxistas, alguns elementos comuns podem ser apontados³. A nosso ver, esses elementos comuns dizem respeito a três ordens de questões:

1) à relação entre neoliberalismo e classe social, que leva à compreensão do neoliberalismo a partir da dinâmica da luta de classes;

2) à relação entre economia e política e, particularmente, a compreensão da natureza de classe do Estado;

3) à relação entre os planos internacional e nacional, quer essa relação seja compreendida a partir do conceito de imperialismo⁴, quer de mundialização.

O presente comentário abordará as duas primeiras questões. Essa escolha deve-se, em parte, às lacunas da bibliografia aqui tratada. Apesar de os textos destacarem a importância de se levar em conta as especificidades de cada país, bem como as relações entre países⁵, as análises, salvo raras exceções⁶ geralmente tomam como referência os países centrais⁷, não explorando ou não desenvolvendo a questão das diferenças entre os modelos de desenvolvimento capitalista produzidos na Europa Ocidental e nos EUA, de um lado, e na América Latina, de outro. Se nesses dois conjuntos de países é possível observar, entre os anos 1930 e 1970, um forte intervencionismo estatal que resultou em ganhos para as classes trabalhadoras (sob a forma de direitos trabalhistas e sociais, no âmbito da saúde, da

2 Gérard Duménil; Dominique Lévy. Une théorie marxiste du néolibéralisme. Dossier Fin du néolibéralisme? *Actuel Marx*, n.40, 2006.

3 Dentre as divergências, Duménil & Lévy (op.cit, p.25) ressaltam “a relação entre capitalismo, mundialização e neoliberalismo”. Dentre as convergências, a financeirização, a intensificação da exploração e a importância do imperialismo.

4 Compreendido por alguns autores de maneira diversa do conceito leninista, ou seja, como uma característica estrutural do capitalismo, e não como uma fase deste: nas palavras de Amin, “eu não defino o imperialismo como uma etapa recente do capitalismo, mas como um estágio ‘permanente’ de sua expansão” (Samir Amin et al. Qu’est-ce que le néolibéralisme? *Actuel Marx*, n.40, 2006, p.15). Ver também: Gérard Duménil; Dominique Lévy, O imperialismo na era neoliberal. *Crítica Marxista* n.18, 2004; Gérard Duménil; Dominique Lévy, Néolibéralisme: dépassement ou renouvellement d’un ordre social? Dossier Fin du néolibéralisme? *Actuel Marx*, n.40, 2006.

5 Por exemplo, Duménil & Lévy, Néolibéralisme..., op.cit; Alfredo Saad-Filho; Deborah Johnston (Eds.). Introduction. In: Saad-Filho, Alfredo; Johnston, Deborah (Ed.). *Neoliberalism: a critical reader*. London: Pluto Press, 2005.

6 Cf. Alfredo Saad-Filho. The political economy of neoliberalism in Latin America. In: Saad-Filho, Alfredo; Johnston, Deborah (Ed.). *Neoliberalism: a critical reader*. London: Pluto Press, 2005.

7 Como é possível se observar a partir da própria noção de compromisso keynesiano, empregada por Duménil & Lévy, como veremos a seguir.

educação e da previdência social), as diferenças entre o Estado de bem-estar social e o Estado desenvolvimentista não devem ser menosprezadas. Essas diferenças dizem respeito não apenas à gama e à qualidade de direitos ou a sua cobertura (isto é, ao contingente da população beneficiada), mas também à condição de país imperialista ou dependente. Assim, as políticas de reforma do capitalismo se deram em condições e tiveram por base relações sociais diferenciadas, o que repercutiu sobre as tentativas de desconstruir esse processo. Na América Latina, por exemplo, o dismantelamento do tripé que sustentou o modelo de industrialização substitutiva de importações levou a um processo de desindustrialização e desnacionalização, que reconstituiu as relações imperialistas em outras bases⁸.

O texto que segue busca discutir a maneira pela qual a bibliografia incorpora o papel das classes dominantes, das classes dominadas e do Estado no processo de constituição e consolidação do neoliberalismo. Para isso, parte de uma tese presente em grande parte da bibliografia marxista (o neoliberalismo como ofensiva das classes dominantes), aponta os limites de parte dessa bibliografia (sobretudo no que diz respeito ao papel das classes dominadas), destaca a contribuição dessa bibliografia para desconstruir o mito do Estado mínimo, bem como para desvendar a relação entre neoliberalismo, política e democracia.

O neoliberalismo como ofensiva das classes dominantes

Vários autores ressaltam a importância de se compreender o neoliberalismo como uma ofensiva do capital contra o trabalho e o Estado ou, mais especificamente, como uma forma de restaurar o poder de classe, num processo que beneficiou sobretudo o capital financeiro⁹. Mas há quem, com base nos traços anteriormente apontados, prefira falar em mundialização do capital para se referir a uma nova fase da história do capitalismo, caracterizada pelo lugar dominante da finança¹⁰. De acordo com essa perspectiva, neoliberal seria a maneira pela

8 Se entre as décadas de 1930 e 1970 o imperialismo foi compatível com a industrialização da periferia e com reformas que possibilitaram às classes trabalhadoras urbanas o acesso a alguns direitos, a partir dos anos 1980 a ação imperialista vem acompanhada de uma série de contra-reformas que visam eliminar ou restringir direitos e provoca uma “desindustrialização relativa”. Agradeço ao colega Armando Boito Jr. por chamar minha atenção para essa distinção.

9 Samir Amin. Capitalismo, imperialismo e globalização. In: Seone, José e Taddei, Emilio (Org.). *Resistências mundiais*: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis: Vozes, 2001; François Houtart. A mundialização das resistências e das lutas contra o neoliberalismo. In: Seone, José e Taddei, Emilio (Org.). Op.cit.; Emir Sader. Hegemonia e contra-hegemonia para um outro mundo possível. In: Seone, José e Taddei, Emilio (Org.). Op.cit.; David Harvey. *A brief history of neoliberalism*. Oxford University Press, 2005; Duménil & Lévy, op.cit.

10 François Chesnais. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996. O autor define finança como “capital portador de juros que se valoriza de forma externa à produção” (Amin et al, op.cit., p.14), cujos atores-chave “são principalmente as instituições financeiras não bancárias, também chamadas investidores institucionais, fundos de pensão, fundos de aplicação coletivos e sociedades seguradoras, assim como empresas financeiras especializadas que gravitam em torno delas” (François Chesnais, Introdução. In: Chesnais (Org.). *A finança mundializada*: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências. São Paulo: Boitempo, 2005, p.27).

qual essa mundialização se processa, na medida em que tem como base políticas de liberalização e desregulamentação dos mercados, sobretudo financeiros¹¹. O papel da esfera financeira nessa nova fase do capitalismo mundializado é de tal monta que Chesnais reelaborou sua análise, forjando o conceito de mundialização financeira. O elemento central deste processo é o advento de um novo regime de acumulação (conceito que o autor toma emprestado da teoria da regulação), denominado regime de acumulação com dominância financeira¹².

Enquanto as análises de Chesnais enfatizam os aspectos econômicos da mundialização financeira, outros autores destacam igualmente a importância dos aspectos políticos e ideológicos do neoliberalismo. O objetivo da ordem neoliberal é, acima de tudo, político: trata-se de promover “a restauração da renda e do patrimônio das frações superiores das classes dominantes”¹³. Para isso, foi necessário promover a construção de um consenso em torno dos princípios neoliberais. Diversos mecanismos produziram esse consenso, com destaque para o papel dos intelectuais e da mídia¹⁴. No caso específico da América Latina, a pressão econômica e ideológica das agências multilaterais, associada à crise da dívida, forjou um novo consenso das elites latino-americanas em torno do neoliberalismo¹⁵. Os limites do modelo de desenvolvimento anterior¹⁶ também contribuíram para a implantação do neoliberalismo, cuja emergência seria “uma resposta ideológica à crise do ‘Estado de bem-estar social keynesiano’”¹⁷.

Vários autores destacam a construção de consensos e compromissos de classe como fundamentais para a compreensão da origem do neoliberalismo e de seus

11 François Chesnais, Prefácio à edição brasileira e Introdução geral. In: Chesnais (Coord). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998. Conforme as palavras de Chesnais: “Eu me utilizo [do termo neoliberalismo] para designar o conjunto das políticas de liberalização e desregulamentação dos fluxos financeiros, do investimento estrangeiro direto e das trocas comerciais” (Amin et al., op.cit, p.14).

12 François Chesnais, A “nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica americana. In: Chesnais et al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003. Para uma crítica a Chesnais, consultar o artigo de Víctor Hugo Klagsbrunn, Uma leitura crítica dos conceitos de mundialização do capital e de regime de acumulação com predominância financeira, neste número de *Crítica Marxista*. Segundo Klagsbrunn, a obra de Chesnais vai se afastando do referencial teórico marxista ao estabelecer uma dominação externa, formal, da esfera produtiva pela financeira.

13 Duménil & Lévy, O imperialismo..., op.cit, p.17.

14 Harvey, op.cit, p.40-4.

15 Saad-Filho, op.cit. Como mencionado anteriormente, a situação peculiar da América Latina, decorrente de sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho e de sua relação com os países imperialistas, é crucial tanto para se analisar as diferentes condições em que o programa neoliberal é implementado, quanto para se compreender seus resultados, igualmente diferenciados. As reformas neoliberais, adotadas a pretexto de superar as deficiências do modelo de industrialização substitutiva de importações, aumentaram a subordinação dos países dessa região aos países centrais. As estratégias para atrair capital externo – a exemplo do aumento de juros – afetam o balanço de pagamentos e agravam a chamada crise fiscal do Estado.

16 Ou daquilo que Amin, op.cit, ao mencionar o keynesianismo, o socialismo e o nacional-desenvolvimentismo denomina modelos societários.

17 Simon Clarke, The neoliberal theory of society. In: Saad-Filho, Alfredo; Johnston, Deborah (Eds.). *Neoliberalism: a critical reader*. London: Pluto Press, 2005, p.58.

resultados. Duménil & Lévy consideram a passagem do keynesianismo ao neoliberalismo a “expressão da alteração da configuração das relações de poder entre classes e frações de classe, de um período a outro”¹⁸. Isso se expressa em um novo compromisso de classe. Enquanto o compromisso keynesiano se caracterizava pela contenção ou repressão da finança e pela autonomia dos gestores privados e públicos frente aos proprietários, o compromisso neoliberal se sustenta em uma aliança entre a fração superior da classe capitalista (finança) e os altos gestores, que se tornam proprietários mediante a participação na distribuição de ações¹⁹.

Embora os aspectos econômico, político e ideológico estejam presentes, de modo articulado, nessas análises, o peso de cada uma dessas dimensões é diferenciado. Em geral, verifica-se uma tendência a se enfatizar os aspectos econômicos. Em Duménil & Lévy, tanto os fundamentos do compromisso de classe são de ordem econômica quanto a análise dos resultados do neoliberalismo privilegia essa dimensão. O neoliberalismo é considerado uma vitória do capital na luta de classes por possibilitar a retomada do poder dos proprietários, mediante a recuperação de altas rendas para o capital e os altos gestores. Os proprietários pressionam os gestores a maximizar as taxas de lucro e, para isso, buscam eliminar leis e regulamentos sobre o mercado de trabalho e o mercado de capitais, de modo a “reforça[r] o caráter capitalista das relações de produção”²⁰. Assim, o neoliberalismo “(1) *reorienta* a gestão em direção à maximização da taxa de lucro, provocando o recuo das restrições que lhe haviam sido impostas (por exemplo, limitando os constrangimentos impostos pela proteção social e pelo meio ambiente em certos domínios); (2) restabelece as rendas (dividendos e juros) especificamente capitalistas; e (3) reforça as desigualdades patrimoniais”²¹.

Apesar de os autores destacarem a importância das classes, os efeitos das transformações econômicas sobre as relações de classe pouco aparecem²². Na análise da burguesia, as diferenças entre as classes e frações de classe dominantes tendem a ser minimizadas. Duménil & Lévy apontam para a relativa unidade do capital e para a dependência do capital não financeiro frente ao financeiro²³, o que pode levar à conclusão, equivocada, de que não há mais diferenciação nem conflitos entre as classes e frações dominantes, que tenderiam, portanto, a se unificar. Essa posição se distingue da apresentada por Boito Jr., para quem o neoliberalismo não beneficia igualmente todas as frações da burguesia²⁴. Embora a supressão e redução dos direitos sociais e trabalhistas unifique todas as frações da burguesia,

18 Duménil & Lévy, *Une théorie marxiste...*, op.cit., p.28.

19 Duménil & Lévy, *Néolibéralisme...*, op.cit., p.86, 96 e 97.

20 Gerard Duménil; Dominique Lévy, *Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo*. In: Chesnais et al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003, p.39.

21 *Ibidem*, p.37.

22 Uma exceção a essa tendência é Harvey (op.cit), que aponta as mudanças na configuração da classe superior com o surgimento de novos setores de negócios (computadores, mídia, comércio varejista, tecnologias de informação).

23 Duménil & Lévy, *O imperialismo...*, op.cit.; *Idem*, *Une théorie marxiste...*, op.cit.

24 Armando Boito Jr., *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

os demais aspectos do neoliberalismo introduzem diferentes tipos de conflito entre as frações burguesas, o que explica algumas críticas provenientes das classes dominantes à política neoliberal.

Neoliberalismo e classes dominadas

A maior parte dos autores aqui analisados se concentra na ação das classes dominantes, desconsiderando ou relegando a um segundo plano as classes médias e populares no processo de implantação e consolidação do neoliberalismo. O papel das classes populares na análise parece ser pequeno: é como se elas apenas sofressem os efeitos negativos do neoliberalismo (mediante a intensificação do trabalho, o aumento da insegurança no emprego, o próprio desemprego e a precarização das condições de trabalho) sem participar de sua implementação. Isso se verifica, no caso de Duménil & Lévy²⁵, tanto na definição do compromisso keynesiano quanto do compromisso neoliberal, compreendidos como uma aliança entre as classes dominantes. Diante disso, podemos nos perguntar: as classes populares também não apoiam o neoliberalismo? Qual é, efetivamente, o papel da ideologia?

Algumas análises distinguem-se dessa tendência geral. Ao analisar a implantação do neoliberalismo na Inglaterra, Harvey destaca a estratégia de envolvimento da classe média, “que desfrutou as alegrias da casa própria, da propriedade privada, do individualismo e da liberação das oportunidades de empreender”²⁶. Deste modo, o governo Thatcher disseminou os valores burgueses entre a classe média e quebrou as solidariedades da classe trabalhadora, o que foi fundamental para a consolidação desse projeto político.

A bibliografia brasileira também oferece exemplos de reflexão que buscam incorporar o papel das classes médias e populares. Boito Jr.²⁷ entende que o projeto neoliberal adquire impacto junto às classes dominadas, apesar de não comportar concessões significativas aos seus interesses econômicos. Este impacto é verificado pelo fato de que governos comprometidos com o projeto neoliberal ascenderam ao poder pela via eleitoral. Saes também trata do apoio popular ao neoliberalismo, atribuindo-o a sua capacidade de incorporar elementos do ideário popular²⁸. Conforme este autor, a ideologia neoliberal se aproveita de algumas demandas dos movimentos populares, que reivindicam autonomia frente ao Estado, e explora a insatisfação popular diante do caráter cartorial e clientelista do Estado brasileiro. É essa incorporação que permite ao neoliberalismo converter-se em ideologia dominante, cujos efeitos se estendem às classes dominadas. Mas, ao fazer tal operação,

25 Duménil & Lévy, *Néolibéralisme...*, op.cit.

26 Harvey, op.cit, p.61.

27 Ibidem.

28 Décio Saes, *A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual*. In: *República do capital*. São Paulo: Boitempo, 2001.

o neoliberalismo se apropria e ressignifica demandas e aspirações de parcela das classes dominadas, invertendo-lhes o sentido. Nesse processo de inversão, direitos restritos são convertidos em “privilégios” e conquistas trabalhistas são consideradas “custos” dos quais as empresas devem imperiosamente se desfazer.

Neoliberalismo e Estado

Faz parte do senso comum identificar o neoliberalismo à redução e ao enfraquecimento do Estado, tese que tem como substrato teórico a contraposição entre política e economia e, mais especificamente, entre Estado e mercado. A abordagem marxista, diferentemente, recusa a oposição entre essas esferas, denunciando seu caráter formal. Isso lhe possibilita pensar a natureza de classe do Estado e de suas instituições. Nesse sentido, a abordagem marxista se diferencia da keynesiana, quer em sua variante ingênua, para quem o Estado paira acima das classes sociais, quer em sua variante política, que pensa as desigualdades sociais e o papel nefasto das multinacionais, mas descarnando-as das relações de classe²⁹.

Embora as palavras de ordem do discurso neoliberal sejam desregulamentação e flexibilização, novas formas de regulamentação, orientadas pelo mercado, são criadas. O princípio do livre mercado é contraditado pelas práticas protecionistas dos países centrais, o que reforça as relações imperialistas com os países da periferia. Os Estados neoliberais, sobretudo nos EUA e na Europa, são “ativamente intervencionistas na criação de infra-estruturas para um bom clima de negócios”³⁰.

Assim, o neoliberalismo não torna o Estado e suas instituições irrelevantes, mas as reconfigura, assim como suas práticas. Ao invés de um recuo, observa-se uma transformação no papel do Estado³¹. Longe de ser fraco, o Estado neoliberal tem uma preferência por uma modalidade de governo forte, via “ordem executiva e decisão judicial mais do que pelo processo decisório democrático e parlamentar. Neoliberais preferem insular instituições-chave, tais como o banco central, das pressões democráticas”³². Desse modo, o neoliberalismo, ao mesmo tempo em que

29 Duménil & Lévy, *Une théorie...*, op.cit.

30 Harvey, op.cit, p.72. O paradoxo do “Estado mínimo” é que “o capital precisa do Estado [...] para manter as condições de acumulação e competitividade” (Ellen Meiksins Wood, Trabalho, classe e Estado no capitalismo global. In: Seone, José e Taddei, Emilio (Orgs.). *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 2001, p.115). Ver também: Atilio Borón, Entre Hobbes e Friedman: liberalismo econômico e despotismo burguês na América Latina. In: *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994; Theotônio dos Santos. O neoliberalismo como doutrina econômica. Grupo de Estudo sobre economia mundial, integração regional e mercado de trabalho. *Texto para discussão, série 1* n.32, 2002; Ellen Meiksins Wood, *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

31 Ronaldo Munck, Neoliberalism and politics, and the politics of neoliberalism. In: Saad-Filho, Alfredo; Johnston, Deborah (Eds.). *Neoliberalism: a critical reader*. London: Pluto Press, 2005, p.63; Harvey, op.cit., p.78.

32 Ibidem, p.66.

promove a remercantilização de diversas esferas da vida social, restringe o espaço da democracia: as demandas dirigidas ao Estado passam a ser consideradas excessivas e desestabilizadoras (fonte de ingovernabilidade), sendo necessário retirar uma parcela importante das decisões da influência da esfera político-partidária e do voto. Entre os tantos paradoxos do pensamento neoliberal, constata-se, pois, o esvaziamento da democracia: embora ela tenha sido numericamente estendida e a despeito dos mecanismos de participação popular terem aumentado, as decisões são tomadas por “técnicos”, experts, supostamente apolíticos porque não submetidos a qualquer ordem de pressão, não sujeitos a controle pelo parlamento, imunes à crítica.

Dentre as tantas conseqüências nefastas desse processo, destacam-se a banalização da cidadania (ou aquilo que Munck denomina “cidadania pelo consumo”) e a despolitização ou naturalização da política³³. A ênfase na técnica e nas pseudo-virtudes do mercado, de um lado, as novas formas do direito de propriedade, o estímulo à qualificação e à competência, por outro, reforçam a atomização (isto é, a busca de soluções individuais) e a racionalidade capitalista, cujo traço distintivo é a maximização do ganho. Esse conjunto de elementos dificulta a resistência ao neoliberalismo mas não a impede, como indicado pelos diferentes movimentos sociais que eclodem na cena política latino-americana a partir dos anos 1990.

33 René Mouriaux, La politisation. Le mot, la chose et ses dimensions contemporaines, Comunicação apresentada no *Congrès Marx International V*, 2007, Disponível em: <http://netx.u-paris10.fr/actuelmarx/cm5/index5.htm>.

GALVÃO, Andréia. O neoliberalismo na perspectiva marxista. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.27, 2008, p.149-156.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Capitalismo; Trabalhadores.